



**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATO**

**PROCESSO LEGISLATIVO Nº 127423/2024**

**PROJETO DE LEI ORDINÁRIA DO LEGISLATIVO Nº 73/2024**

**EMENTA:** “Acréscenta parágrafo único, ao artigo 7º, da Lei Municipal nº 1848/2008, que dispõe sobre a exploração do transporte escolar no município de Araucária, conforme especifica.”

**INICIATIVA:** VEREADOR VILSON CORDEIRO

**PARECER Nº 68/2025**

**I – DO RELATÓRIO**

O Vereador Vilson Cordeiro, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Regimento Interno, apresenta o Projeto de Lei em epígrafe, que *acréscenta parágrafo único, ao artigo 7º, da Lei Municipal nº 1848/2008, que dispõe “sobre a exploração do transporte escolar no município de Araucária, conforme especifica”*.

O projeto vem acompanhado da justificativa, na qual diz em síntese que:

“O presente Projeto de Lei tem como objetivo acrescentar um parágrafo único ao artigo 7º, da Lei Municipal nº 1848/2008 com o intuito de regulamentar a utilização de veículos substitutos no serviço de transporte escolar em casos de pane mecânica.

É notório que o serviço de transporte escolar desempenha um papel fundamental na vida de muitos estudantes e suas famílias. A interrupção desse serviço, em razão de panes mecânicas em veículos titulares, pode gerar diversos transtornos, como atrasos nas atividades escolares, insegurança para os alunos e dificuldades logísticas para as empresas de transporte e as famílias.

Diante desse cenário, a proposta do Projeto de Lei busca oferecer uma solução prática e eficiente para essas situações emergenciais, permitindo a





**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATO**

utilização de veículos substitutos de forma regularizada e segura. Ao exigir a comunicação prévia à Companhia Municipal de Transporte Coletivo (CMTC), assegura-se o acompanhamento e o controle das operações, garantindo a qualidade do serviço prestado e a segurança dos alunos.

A comunicação prévia à CMTC permite que a empresa de transporte organize rapidamente a substituição do veículo, minimizando os transtornos causados pela pane, o que garante a transparência das operações e facilita o acompanhamento por parte do poder público.

A inclusão do parágrafo único proposto representa um avanço significativo na regulamentação do transporte escolar, proporcionando maior segurança, eficiência e qualidade ao serviço prestado. Acreditamos que essa medida será de grande valia para toda a comunidade escolar e contribuirá para o aprimoramento do sistema de transporte.”

Após breve relatório, segue análise jurídica do projeto, a qual se limita a analisar sua viabilidade jurídica, cabendo ao Plenário e às Comissões a deliberação sobre o seu mérito.

## **II – ANÁLISE JURÍDICA QUANTO A PROPOSIÇÃO DO PROJETO DE LEI**

De início, cumpre salientar que a análise jurídica se limita a verificar os requisitos de viabilidade jurídica do Projeto, cabendo ao Plenário a deliberação sobre o mérito do projeto.

Além disso, cabe ressaltar que, em relação às proposições legislativas, é competência da Comissão de Constituição e Redação, nos termos do art. 52, I, e do Regimento Interno, a análise dos “aspectos constitucional, legal, regimental, jurídico, de técnica legislativa de todas as exceções proposições e elaboração da redação final.”





**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATO**

No mesmo sentido, o art. 54, caput, do Regimento interno expressamente dispõe:

“À Comissão de Justiça e Redação cabe, preliminarmente, examinar a admissibilidade da matéria, do ponto de vista da constitucionalidade e da conformidade à Lei Orgânica e ao Regimento Interno”.

Já no que concerne à iniciativa da propositura do projeto de lei, é de se observar que o Vereador Vilson Cordeiro, é competente para tanto, conforme está expressamente contido no art. 40, § 1º, “a” da Lei Orgânica de Araucária, a saber:

“Art. 40 O processo legislativo compreende a elaboração de:

§ 1º A iniciativa dos Projetos de Lei é de competência:

a) do Vereador;

(...)”

Nesse sentido, consta na Constituição Federal, em seu art. 30, I e posteriormente transcrito para a Lei Orgânica de Araucária, no art. 5º, I que compete ao Município legislar sobre interesse local, a saber:

“Art. 30. Compete aos Municípios:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;

(...)”

No que se refere ao transporte escolar, apesar da legitimidade do vereador em legislar sobre interesse local, bem como a do ente municipal de complementar a legislação nacional de trânsito e aplicar as exigências locais, tal como prevê o art. 136, do CTB, o objeto da proposição se mostra incompatível com o ordenamento jurídico.

Isso porque, o Código de Trânsito Brasileiro, ao disciplinar as exigências mínimas necessárias ao transporte escolar, estabelece como requisito do trânsito do veículo





**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATO**

escolar a correspondente pintura da faixa de identificação. Trata-se do disposto no art. 136, inciso III, da referida norma:

“Art. 136. Os veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidade executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, exigindo-se, para tanto:

I - registro como veículo de passageiros;

II - inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança;

**III - pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroçaria, com o dístico ESCOLAR, em preto, sendo que, em caso de veículo de carroçaria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas;**

**IV - equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo;**

V - lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;

VI - cintos de segurança em número igual à lotação;

VII - outros requisitos e equipamentos obrigatórios estabelecidos pelo CONTRAN. (grifamos)

Ou seja, dentre outras obrigações mínimas estabelecidas pelo CTB, a pintura em toda a extensão das partes do veículo com os dizeres ESCOLAR é um dos requisitos obrigatórios previstos pelo CTN. Assim sendo, não pode a Lei local suprimir a exigência de identificação estabelecida pela lei federal, tal como pretende a proposição em análise.





**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATO**

Essa supressão não se mostra possível somente em relação à faixa, mas também em relação ao equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo (conhecido como tacógrafo), que está estabelecido como obrigatório pelo inciso IV, do supramencionado artigo.

Inclusive, a circulação de veículo sem simbologia necessária – no caso, a pintura da faixa ESCOLAR e o tacógrafo – é conduta tipificada como INFRAÇÃO de natureza grave, com penalidade de multa e até mesmo a retenção do veículo, nos termos do art. 237, também do CTB.

Pois bem. O que se pretende com a proposição é a alteração da norma geral e as condições mínimas já estabelecidas pela União, a qual, nesse ponto, detém a legitimidade privativa para legislar, nos termos estabelecidos pelo art. 22, IX, da Constituição Federal.

Assim sendo, a proposição viola dispositivo constituição, bem como se mostra ilegal e incompatível com o ordenamento jurídico já em vigor.

Por último, no caso de avanço, isto observar que a presente proposição segue as determinações da Lei Federal Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Sem prejuízo de, na redação final do projeto de lei a ser elaborado pela Comissão de Justiça e Redação, a Mesa proceder com a correção de erros de linguagem e de técnica legislativa, sem alteração de conteúdo, nos termos do art. 145, I, do Regimento Interno (Resolução nº 01 de 1993) desta Casa.

### **III – DA CONCLUSÃO**

Reconhecemos como relevantes e meritórias as razões que justificam a pretensão do Vereador. Porém, por todo o exposto, conclui-se que alteração dos requisitos





**CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATO**

mínimos para o transporte escolar caracteriza-se como matéria em análise é de competência privativa da União, bem como se mostra ilegal por violar o art. 136, III e IV, do CTB, razão pela qual se **OPINA pelo arquivamento do presente.**

Ressalta-se que o mérito da decisão deve ser submetido à apreciação do Plenário desta Câmara Legislativa, respeitando-se, para tanto, as formalidades legais e regimentais.

Diante de previsão regimental, especificamente o art. 52 e inciso (s) do Regimento Interno, deve a proposição ser encaminhada às Comissão de Justiça e Redação, Comissão de Educação e Bem-Estar Social, e Comissão de Cidadania e Segurança Pública.

É o parecer.

Diretoria Jurídica, 24 de março de 2025.

**MILTON CÉSAR TOMBA DA ROCHA**  
**DIRETOR JURÍDICO**  
**MATRÍCULA 7423**  
**OAB/PR 46.984**

**WILLIAM GERALDO AZEVEDO**  
**ADVOGADO**  
**MATRÍCULA 2080**  
**OAB/PR 83.946**

**LETHICIA CAROLINA BATISTA CEOLIN**  
**ESTAGIÁRIA DE DIREITO**

